

## ÍNDICE

<b>I.</b>	<b>Apresentação das reuniões .....</b>	<b>117</b>
<b>II.</b>	<b>Reunião do Comitê Executivo da Confederação Parlamentar das Américas .....</b>	<b>121</b>
2.1	Relatório das sessões de trabalho .....	123
	<b>Sessão de trabalho I:</b>	
	Abertura.....	123
	Apresentação especial de uma audiovisual sobre a COPA .....	124
	Comentários sobre o reconhecimento legal da COPA e revisão do Estatuto .....	125
	<b>Sessão de trabalho II:</b>	
	Proposta sobre as responsabilidades que deverão ser atribuídas às secretarias técnicas do Brasil, do México e do Quebec .....	127
	Proposta sobre a criação da Secretaria Executiva .....	128
	Proposta sobre o financiamento permanente da COPA.....	129
	<b>Sessão de trabalho III:</b>	
	Proposta sobre a criação de 6 comissões de trabalho permanentes.....	131
	<b>Sessão de trabalho IV:</b>	
	Discussão sobre a realização da IV Assembléia Geral .....	139
	Assuntos diversos .....	139
	Conclusões.....	139
<b>III.</b>	<b>Reunião do Comitê Executivo da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas .....</b>	<b>141</b>
3.1	Relatório .....	143
3.2	Declaração de apoio à Ingrid Betancourt.....	147
3.3	Declaração sobre o reconhecimento do restabelecimento do Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela .....	151
<b>IV.</b>	<b>Apresentações especiais feitas durante a Reunião do Comitê Executivo da COPA.....</b>	<b>153</b>
4.1	Documento apresentado pela Sra. Mirta Elsa Rubini, Deputada do Congresso da Nação da Argentina e Vice-Presidente da COPA - Região Cone Sul .....	155
4.2	Documento apresentado pelo Sr. Antonio Fas Alzamora, Presidente do Senado de Porto Rico e Vice-Presidente da COPA - Região Caribe.....	157

4.3	Documento apresentado pelo Sr. Antonio Fas Alzamora, Presidente do Senado de Porto Rico e Vice-Presidente da COPA - Região Caribe.....	159
4.4	Documento apresentado pela Sra. Velma Veloria, Representante do Congresso do Estado de Washington e Vice-Presidente da COPA - Região América do Norte.....	161
4.5	Documento apresentado pela Sra. Adela Muñoz de Liendo, Deputada do Parlamento Andino .....	165
4.6	Declaração de apoio à Ingrid Betancourt .....	167
<b>V.</b>	<b>Fotos do evento.....</b>	<b>225</b>

## **I. APRESENTAÇÃO DAS REUNIÕES**

# I

## APRESENTAÇÃO DAS REUNIÕES

### **REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS**

Conforme o estabelecido pelo Estatuto da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), foi realizada, dias 1<sup>o</sup>, 2 e 3 de maio de 2002 na Cidade do México, Distrito Federal, a Reunião de Trabalho do Comitê Executivo, segundo convocação e programa de trabalho divulgados previamente pela senhora Laura Pavón Jaramillo, deputada do Congresso da União do México e presidente da COPA.

### **REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

Em 1<sup>o</sup> de maio, foi feita a reunião do Comitê Executivo da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas que tem diversos programas que apóiam a adoção de uma perspectiva de gênero nos assuntos parlamentares. Os trabalhos da dita reunião foram chefiados pela senhora Lyse Leduc, deputada da Assembléia Nacional de Quebec e presidente da Rede de Mulheres Parlamentares.

**II. REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA CONFEDERAÇÃO  
PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS**

## II

### REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS

Cidade do México, 2 e 3 de maio de 2002

#### 2.1 Relatório das sessões de trabalho

#### SESSÃO DE TRABALHO I

##### ***Abertura***

Na Reunião do Comitê Executivo da Confederação Parlamentar das Américas, realizada dias 2 e 3 de maio de 2002 na Cidade do México, os trabalhos foram dirigidos pela senhora Laura Pavón Jaramillo, presidente da COPA e deputada do Congresso da União do México. Estiveram presentes o primeiro vice-presidente, senhor Oswaldo Molestina Zavala, deputado do Congresso do Equador, o vice-presidente para América Central, senhor Rodrigo Samayoa Rivas, presidente do Parlamento Centro-Americano, a vice-presidente para América do Norte, senhora Velma Rosete Veloria, representante da Câmara dos Deputados do Estado de Washington e também *da National Conference of State Legislatures (NCSL)* dos Estados Unidos da América, o vice-presidente para o Caribe, senhor Antonio Fas Alzamora, presidente do Senado de Porto Rico, a vice-presidente para o Cone Sul, senhora Mirta Elsa Rubini, deputada da nação da Argentina, a Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares, senhora Lyse Leduc, deputada da Assembléia Nacional de Quebec, o ex-presidente da COPA, senhor Kenneth McClintock, senador da Assembléia Legislativa de Porto Rico, a deputada da Venezuela ao Parlamento Andino, senhora Adela Muñoz de Liendo, representante da presidente do Parlamento Andino, o senhor Maurício Picarelli, representante da União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), Brasil, a deputada do Congresso da União do México, senhora Celia Martínez Bárcenas, representante do Parlamento Indígena, e senhora Louise Harel, presidente da Assembléia Nacional de Quebec, Assembléia anfitriã da primeira Assembléia Geral da COPA.

Também compareceram os parlamentares representantes nacionais a seguir: senador Raúl Lema Patiño da Bolívia, deputado Fernando Ferro do Brasil, deputado Tubal Paez Hernández de Cuba, deputada Nidia Díaz de El Salvador, deputado Carlos Nájera Sagastume da Guatemala, deputado Ernest Vilsaint do Haiti, deputada Doris Alejandrina Gutiérrez de Honduras, deputada Susana de Torrijos do Panamá, deputado Mario Ecurra Franco do Paraguai, deputada Sergia Santiago Méndez da República Dominicana, e como representante Estadual o deputado José Antonio Cabello Gil, deputado do Congresso do Estado de Jalisco, México.

A título de convidados especiais do México, país anfitrião da Reunião, estiveram presentes também o deputado Gustavo Carvajal Moreno presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados do México, o deputado Enrique Martínez Orta Flores, a deputada Hortencia Aragón Castillo, a deputada María Elena Chapa Hernández, a deputada Beatriz Grande López, a deputada María de los Angeles Moreno Uriegas, presidenta da Junta do Governo da Assembléia de Representantes do Distrito Federal, a senadora Leticia Burgos Ochoa, integrante da Câmara de Senadores do México.

Os trabalhos da Reunião do Comitê Executivo foram abertos pelo deputado Erick Eber, Villanueva Mukul, vice-presidente da Mesa Diretiva da Câmara dos Deputados do Congresso da União do México que representou a deputada Beatriz Paredes Rangel, presidente da dita Mesa Diretiva e presidente do Parlamento Latino-Americano.

De modo geral, a agenda de trabalho tratou de três grandes temas. Primeiro: o fortalecimento do marco normativo e de operação da Conferência; segundo: a relação da COPA com outras organizações internacionais; e terceiro: as propostas e a organização da IV Assembléia Geral da Confederação.

No marco da Primeira Sessão de Trabalho da Reunião do Comitê Executivo preparatória para a IV Assembléia Geral, a deputada Laura Pavón Jaramillo, presidente da COPA, reiterou seu engajamento de cumprir a missão da organização no sentido de promover a conciliação rumo à cooperação interamericana e a integração regional, destacando em sua intervenção os princípios que orientam o programa de ação do Comitê Executivo, expressos no sentido de consolidar as bases regionais da Confederação e traçar linhas que garantam dar continuidade e força aos propósitos da organização. Com esta intenção, a presidente destacou a importância de fortalecer a estrutura executiva, financeira e administrativa da Confederação, assim como a necessidade de promover seu reconhecimento internacional e incitar uma maior comunicação interparlamentar.

### ***Apresentação especial de uma audiovisual sobre a COPA***

Com o propósito de colocar à disposição dos parlamentares recém-chegados à organização informações sobre os antecedentes da COPA, foi feita uma apresentação de uma resenha histórica da Confederação cuja compilação e concepção audiovisual ficou a cargo da Assembléia Nacional de Quebec (anexo).

***Comentários sobre o reconhecimento legal da COPA e revisão do Estatuto***

Com relação à natureza jurídica da COPA, os integrantes do Comitê Executivo aprovaram a idéia de que a presidente Laura Pavón Jaramillo tome as iniciativas pertinentes para registrar a Confederação como associação civil, segundo a legislação mexicana, para então fazer o credenciamento de pessoa jurídica. Este procedimento não impediria que cada um dos países membros faça o conducente de acordo com sua própria legislação.

Do mesmo modo, o Comitê Executivo acordou iniciar os procedimentos para a integração da COPA como membro associado da União Interparlamentar Mundial (UIP). Foi divulgada a informação que a COPA credenciou-se para observadora no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA).

Com relação ao Estatuto (em vigor) da COPA, ratificado pela Assembléia Geral do Rio de Janeiro, e visto que este requer uma atualização, foi acordado formar uma comissão presidida pela deputada Laura Pavón Jaramillo, que terá a incumbência de integrar um documento-proposta, que será apresentado para aprovação na IV Assembléia Geral.

## SESSÃO DE TRABALHO II

### ***Proposta sobre as responsabilidades que deverão ser atribuídas às secretarias técnicas do Brasil, do México e do Quebec***

Na Segunda Sessão de Trabalho, o Comitê Executivo aprovou as tarefas e as responsabilidades abaixo que ficarão a cargo das três Secretarias com sede no Brasil, México e Quebec.

MÉXICO	BRASIL	QUEBEC
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de duas comissões</li> <li>• Acompanhamento Parlamentar e Político:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Chile</li> <li>✓ Costa Rica</li> <li>✓ Cuba</li> <li>✓ El Salvador</li> <li>✓ Guatemala</li> <li>✓ Honduras</li> <li>✓ Nicarágua</li> <li>✓ México</li> <li>✓ Panamá</li> <li>✓ Porto Rico</li> <li>✓ República Dominicana</li> </ul> </li> <li>• Secretaria Executiva</li> <li>• Atas da COPA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de duas comissões</li> <li>• Acompanhamento Parlamentar e Político:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Argentina</li> <li>✓ Bolívia</li> <li>✓ Brasil</li> <li>✓ Colômbia</li> <li>✓ Equador</li> <li>✓ Paraguai</li> <li>✓ Peru</li> <li>✓ Suriname</li> <li>✓ Uruguai</li> <li>✓ Venezuela</li> </ul> </li> <li>• Publicação da Revista <i>COPA Magazine</i>.</li> <li>• Site WEB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de duas comissões</li> <li>• Acompanhamento Parlamentar e Político:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Antigua e Barbuda</li> <li>✓ Bahamas</li> <li>✓ Barbados</li> <li>✓ Belize</li> <li>✓ Canadá</li> <li>✓ Dominica</li> <li>✓ Estados Unidos</li> <li>✓ Granada</li> <li>✓ Guiana</li> <li>✓ Haiti</li> <li>✓ Jamaica</li> <li>✓ São Cristóvão e Névis</li> <li>✓ Santa Lúcia</li> <li>✓ São Vicente e Granadinas</li> <li>✓ Trinidad e Tobago</li> </ul> </li> <li>• Rede de Mulheres Parlamentares</li> <li>• Compilação e atualização da base de dados.</li> <li>• Site WEB</li> <li>• Tradução</li> </ul>

### **Proposta sobre a criação da Secretaria Executiva**

A Secretaria do México terá a responsabilidade da Secretaria de duas comissões de trabalho temáticas permanentes, desenvolverá e manterá vínculos de comunicação com os parlamentares e parlamentos de um grupo de países membros através de um acompanhamento parlamentar e político. Deste modo, esta Secretaria ficará responsável das atas, das resoluções e dos acordos da COPA.

A Secretaria do México será peculiarmente uma Secretaria Executiva, sob a responsabilidade da presidência da COPA, e terá as seguintes funções:

- Coordenar as atividades administrativas das três Secretarias da COPA;
- Apoiar a presidência da COPA em suas tarefas de representação internacional;
- Acompanhar as decisões do Comitê Executivo e da Assembléia Geral;
- Preparar as atas e os relatórios das reuniões do Comitê Executivo e da Assembléia Geral;
- Preparar os relatórios sobre a administração da presidência;
- Em colaboração com o tesoureiro, preparar e fazer o acompanhamento do orçamento da COPA.

A Secretaria do Brasil, composta pela Câmara dos Deputados do Congresso Federal do Brasil e da *União Nacional dos Legislativos Estaduais* (UNALE) prestará apoio institucional à organização. Ficarà responsável pela Secretaria de duas comissões de trabalho temáticas permanentes, desenvolverá e manterá vínculos de comunicações com os parlamentares e os parlamentos através de um acompanhamento parlamentar e político. A Secretaria do Brasil será responsável da publicação da revista *COPA Magazine*, e , juntamente com a Secretaria de Quebec, ficará responsável pelo site WEB da COPA.

A Secretaria de Quebec prestará apoio institucional à organização. Será responsável da Secretaria de duas comissões de trabalho temáticas permanentes, desenvolverá e manterá vínculos de comunicações com os parlamentares e os parlamentos através de um acompanhamento parlamentar e político. Será responsável, juntamente com o Brasil do site WEB da COPA. A Secretaria de Quebec será responsável da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, da compilação e da atualização do banco de dados, além da tradução dos textos oficiais.

***Proposta sobre o financiamento permanente da COPA***

Em relação ao financiamento permanente da COPA, o Comitê Executivo homologou a proposta de que cada um dos parlamentos dos Estados unitários e federais cotizar-se-á anualmente entre US\$1.000,00 e US\$4.000,00, conforme o número de habitantes e o produto interno bruto. Os parlamentos dos Estados federados do Canadá, dos Estados Unidos e de Porto Rico cotizar-se-ão respectivamente US\$1.000,00 e os parlamentos dos Estados federados da América Latina US\$250,00 cada. O Comitê Executivo aprovou também uma cota anual de US\$1.000,00 para cada um dos parlamentos regionais e organizações interparlamentares. Para assegurar a implantação desta decisão, a presidência estabelecerá medidas necessárias para que os devidos andamentos sejam dados para a arrecadação das cotas.

Finalmente, como último ponto da Segunda Sessão de Trabalho de 2 de maio, o Comitê Executivo estabeleceu que o logotipo da organização será o inicialmente proposto na Assembléia Geral de Quebec, devendo ser retirada a imagem do Parlamento de Quebec, acrescentada a sigla COPA e adaptadas as cores originais.

## SESSÃO DE TRABALHO III

### ***Proposta sobre a criação de 6 comissões de trabalho permanentes***

Em 3 de maio, no marco da Terceira Sessão de Trabalho, os membros do Comitê Executivo acordaram sobre o tema geral da IV Assembléia Geral, que será no México, seja “Estratégias parlamentares para a promoção de um desenvolvimento eqüitativo”.

Para tanto, foram definidos os temas abaixo que seriam objeto de análises através das Comissões de Trabalho Permanentes:

- ALCA, Economia, Comércio, Trabalho e Migração
- Democracia e Direitos Humanos
- Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia
- Saúde e Desenvolvimento Social
- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Paz e Segurança Pública

Baseado no resultado de uma rica troca de reflexões, da análise das problemáticas particulares e gerais do continente e das mudanças econômicas e políticas no âmbito europeu, os membros do Comitê Executivo acordaram destacar a importância do acompanhamento do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) como tema que deu origem à COPA. Do mesmo modo, acordaram que o desenvolvimento social deva ser um dos eixos articulados do trabalho da Confederação, incluindo conseqüentemente os aspectos de eqüidade, pobreza, migração, saúde, educação entre os demais assuntos de interesse dos parlamentos.

Com o propósito de integrar as comissões de trabalho permanentes, durante tais reuniões, alguns membros do Comitê Executivo manifestaram seu interesse de participar dos grupos de trabalho. Para tanto, convieram completar, através da página WEB da COPA, os registros das inscrições conforme o interesse dos parlamentares de nelas participar para, então, definir as disposições gerais de cada comissão e, conseqüentemente, tomar imediatamente as ações necessárias para iniciar os trabalhos de estudo prévios à IV Assembléia Geral.

## COMISSÕES DE TRABALHO PERMANENTES

<b>ALCA, ECONOMIA, COMÉRCIO, TRABALHO E MIGRAÇÃO</b>
<p>COMÉRCIO E INVESTIMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Integração econômica</li><li>• Acordos comerciais</li><li>• Políticas monetárias</li><li>• Comércio eqüitativo</li><li>• Apoio à indústria</li><li>• Investimentos estrangeiro</li></ul> <p>ANÁLISE REGULATÓRIA</p> <p>GESTÃO AGROPECUÁRIA E PESQUEIRA</p> <p>TRABALHO E EMPREGO</p>
<b>PARLAMENTARES INSCRITOS NA REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO</b>
DEP. OSWALDO MOLESTINA ZAVALA (EQUADOR), COORDENADOR
DEP. JHANNETT MADRIZ S. (PARLAMENTO ANDINO)
DEP. ENRIQUE MARTINEZ ORTA FLORES (MÉXICO)
DEP. FERNANDO FERRO (BRASIL)
DEP. MIRTA ELSA RUBINI (ARGENTINA)
DEP. VELMA VELORIA (ESTADO DE WASHINGTON, E.U.)

## **DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS**

### DEMOCRACIA

- Estado de direito
- Instituições

### DIREITOS HUMANOS

- Promoção e Defesa
- Grupos vulneráveis
- Equidade de gênero

### PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

### MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL

### ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

### **PARLAMENTARES INSCRITOS NA REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

DEP. JOSÉ ANTONIO CABELLO GIL (ESTADO DE JALISCO, MÉXICO),  
COORDENADOR

DEP. ADELA MUÑOZ DE LIENDO (PARLAMENTO ANDINO)

DEP. VELDA GONZALEZ DE MODESTI (PORTO RICO)

**EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

- Alfabetização

**PROGRAMAS DESTINADOS À INFÂNCIA E À JUVENTUDE**

- Combate às piores formas de trabalho infantil

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

- Bioética
- Novas tecnologias (comunicações, etc.)

**PARLAMENTARES INSCRITOS NA REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

DEP. LÉANDRE DION, (QUEBEC), COORDENADOR

DEP. LUCIA HELENA DE CARVALHO (DISTRITO FEDERAL, BRASIL)

## **SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **SAÚDE**

- Acesso à assistência de saúde e gestão de serviços
- Prevenção da mortalidade infantil
- Vacinação
- Educação em termo de saúde

### **PROGRAMAS SOCIAIS**

- Habitação
- Apoio às famílias
- Seguro alimentar (nutrição e água potável)

### **SEGURO DE RENDIMENTOS**

- Desemprego, doença, auxílio de último recurso, aposentadoria

### **ERRADICAÇÃO DA POBREZA E COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL**

- Inserção social
- Salário mínimo

### **PARLAMENTARES INSCRITOS NA REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

DEP. LYSE LEDUC (QUEBEC), PRESIDENTE DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS, COORDENADORA

DEP. TUBAL PAEZ (CUBA)

DEP. CARLOS SANTIAGO NAJERA SAGASTUME (GUATEMALA)

DEP. ANTONIETA BOTTO DE FERNANDEZ (HONDURAS)

DEP. DORIS ALEJANDRINA GUTIERREZ (HONDURAS)

**MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATENDIMENTO DIANTE DE CATÁSTROFES

- Terremotos
- Inundações
- Secas
- Erupções vulcânicas
- Furacões
- Outros

ENERGIA

- Fontes renováveis e não renováveis.

**PARLAMENTARES INSCRITOS NA REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

DEP. FERNANDO FERRO, (BRASIL), COORDENADOR

DEP. SERGIO OLIVEIRA (ESTADO DE ACRE, BRASIL)

**PAZ E SEGURANÇA PÚBLICA**

PROMOÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA CONTINENTAL

PREVENÇÃO DE CONFLITOS

- Vigilância

MEDIAÇÃO E BONS OFÍCIOS

COMBATE À CORRUPÇÃO

NARCOTRÁFICO

TERRORISMO

**PARLAMENTARES INSCRITOS NA REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

DEP. ANTONIO FAS ALZAMORA, PRESIDENTE DO SENADO (PORTO RICO),  
COORDENADOR

DEP. ADELA MUÑOZ DE LIENDO (PARLAMENTO ANDINO)

DEP. JOSÉ ANTONIO CABELLO GIL (ESTADO DE JALISCO, MÉXICO)

## **SESSÃO DE TRABALHO IV**

### ***Discussão sobre a realização da IV Assembléia Geral***

Na Quarta Sessão de Trabalho, o Comitê Executivo acordou a realização da IV Assembléia Geral no México, prevista para a última semana de novembro de 2002, sendo que no momento oportuno será divulgada a cidade anfitriã.

### ***Assuntos diversos***

Quanto aos assuntos diversos, os membros do Comitê Executivo tomaram conhecimento e expressaram seu apoio em relação aos pronunciamentos dos parlamentares representantes da Argentina, de Porto Rico e da Venezuela (anexos).

### ***Conclusões***

Com uma ampla participação dos membros do Comitê Executivo, representantes de 17 países do continente, com os trabalhos das Reuniões do Comitê Executivo da COPA, chegou-se a um consenso para fortalecer o papel dos parlamentos na tomada de decisões sobre assuntos que exerçam um impacto na economia e no bem-estar dos povos das Américas. Em suma, foi ratificada a vontade de continuar trabalhando pela unidade, integração, cooperação e solidariedade entre os parlamentos integrantes da Confederação Parlamentar das Américas.

**III. REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA REDE DE  
MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

## III

### REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS

Cidade do México, 1º de maio de 2002

#### 3.1 Relatório

A Rede de Mulheres Parlamentares congregou cerca de vinte legisladoras representantes de dez países e quatro parlamentos regionais.

Foi estabelecido o consenso necessário para o preenchimento dos cargos vagos junto ao Comitê Executivo da Rede, resultando assim na nomeação da senhora María Antonieta Botto Handal de Fernández do Congresso de Honduras e da senhora Deborah Hudson, deputada do Estado de Delaware, EUA, e membro do Comitê Executivo do *Council of State Governments (CSG)*, respectivamente para segunda representante para América Central e segunda representante para América do Norte.

Foi anunciado o lançamento do banco de documentos sobre a mulher no site WEB da COPA – [www.copa.qc.ca](http://www.copa.qc.ca) – contendo informações legislativas sobre os direitos da mulher nos diversos países membros da Rede, além de uma série de links e recursos relacionados à condição feminina nas Américas e no mundo.

Nesta mesma reunião, foi acordada a criação de um programa de estágios nas assembleias parlamentares a fim de possibilitar que mulheres estudantes familiarizem-se com os processos legislativos e sintam-se incitadas a uma eventual carreira política, sendo que, a longo prazo, o propósito desta medida é aumentar o número de mulheres na política ativa. As parlamentares representantes do Brasil, Equador, El Salvador, Honduras, México, Porto Rico, e também do Parlamento Andino e do Parlamento Centro-Americano manifestaram seu interesse em desenvolver o dito projeto. Calcula-se que a implantação deste programa será iniciada no segundo ou terceiro trimestre de 2003.

Para a 3ª Reunião Anual da Rede, que será na Cidade do México no fim de novembro de 2002, ficou estabelecido montar um ateliê de formação sobre as ferramentas à disposição das parlamentares, que tenham por efeito promover a incorporação de uma perspectiva de gênero junto aos governos na elaboração de seus orçamentos anuais. Isto seria uma maneira de dar plena vigência às leis sobre os direitos da mulher adotadas nos parlamentos e também uma maneira de serem respeitadas.

Por unanimidade, as parlamentares membros da Rede pronunciaram uma declaração de apoio em prol da senadora colombiana Ingrid Betancourt, candidata para as eleições presidenciais, vítima de seqüestro em 23 de fevereiro de 2002. Ficou estabelecido o compromisso de divulgar publicamente sua posição, promover a criação de grupos parlamentares de apoio a Ingrid Betancourt em suas respectivas assembléias e fazer a promoção de tais pronunciamentos junto aos meios de comunicação nacionais.

### **3.2 DECLARAÇÃO DE APOIO À INGRID BETANCOURT**



## REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS

### DECLARAÇÃO DE APOIO À INGRID BETANCOURT

Em resposta ao apelo lançado pelos grupos de apoio à Ingrid Betancourt criados na Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Brasil, Canadá, Congo, Estados Unidos, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Peru e Suíça;

Em apoio à nossa colega parlamentar e em nome da justiça, da liberdade e da democracia;

***Reunidas na Cidade do México dia 1º de maio de 2002, as mulheres membros do Comitê Executivo da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas declaram:***

*"Consternadas pelo seqüestro de Ingrid Betancourt, candidata à presidência da República, efetuado em 23 de fevereiro de 2002, solicitamos o respeito pela sua vida e sua liberação imediata e incondicional.*

*Nada pode justificar o seqüestro de civis, independente dos motivos evocados. Um verdadeiro processo de paz não poderá ser desenvolvido, enquanto práticas como esta continuar existindo.*

*Pensamos, também, que uma séria negociação política é o único caminho possível para alcançar a paz e a justiça social na Colômbia e para encontrar uma solução aos problemas históricos do país.*

*Deste modo, dirigimo-nos aos senhores e senhoras para solicitar-lhes que façam todo o necessário para a liberação de Ingrid Bétancourt e dos demais civis retidos pelos grupos armados, e que instaurarem, o mais rápido possível, um verdadeiro diálogo político, conduzindo ao estabelecimento da paz aspirada pela grande maioria dos colombianos, que restaurarem um verdadeiro estado de direito e que coloquem um fim aos massacres de civis e às violações do direitos humanos perpetrados por todas as forças presentes."*

Além do mais, as mulheres membros do Comitê Executivo da Rede comprometem-se em:

Divulgar publicamente esta tomada de posição;

Promover a criação de grupos parlamentares de apoio à Ingrid Betancourt em suas respectivas assembleias e divulgar a criação destes grupos em sua mídia em nível nacional;

Submeter esta declaração aos membros do Comitê Executivo da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), a fim de que adotem-na também em nome do princípio de solidariedade parlamentar que rege esta organização.

**3.3 DECLARAÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DO  
RESTABELECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO  
NA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**



## **DECLARAÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DO RESTABELECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO NA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

### **O COMITÊ EXECUTIVO DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

#### *CONSIDERANDO*

Os objetivos da Confederação Parlamentar das Américas de desenvolver a solidariedade entre os parlamentos, de fortalecê-los, visto que constituem um elemento essencial da soberania dos povos, e de consolidar os sistemas democráticos, pluralistas e participativos dos países membros;

#### *CONSIDERANDO QUE*

a Carta Democrática Interamericana, assinada pelos ministros de Assuntos Exteriores do continente durante a sessão extraordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Lima no Peru em 11 de setembro de 2001, reconhece que o exercício da democracia representativa é a base do Estado de Direito dos Estados membros da OEA. A democracia representativa é fortalecida e aprofundada por uma representação permanente, ética e responsável da cidadania em um quadro legal conforme a ordem constitucional;

Após os acontecimentos ocorridos na Venezuela de 11 a 13 de abril passado,

#### *RESOLVE*

- 1- deplorar os atos de violência que provocaram perdas de vidas humanas e cuja responsabilidade deveria ser estabelecida pelas autoridades nacionais e internacionais competentes;
- 2- condenar a ruptura, embora temporária, da ordem constitucional que gerou a insegurança, a instabilidade e a suspensão do Estado de Direito, e que levou à dissolução da Assembléia Nacional além da dissolução das representações de parlamentares da Venezuela no Parlamento Andino e no Parlatino, parlamentares esses que foram eleitos legítima e diretamente pela população venezuelana exatamente como os parlamentares nacionais;
- 3- estar satisfeitos com o processo que permitiu a restituição da ordem constitucional democrática deste país e o restabelecimento de todos os poderes do Estado, particularmente o poder legislativo; situação que contribui para o fortalecimento da democracia no continente todo;

- 4- exortar o governo e o povo da República Bolivariana da Venezuela a fortalecerem os mecanismos de diálogo e de conciliação nacional com o propósito de alcançarem a unidade e o sucesso que esta nação merece;
- 5- pedir aos Estados membros da Organização dos Estados Americanos que acatem os compromissos expressos na Carta Democrática Interamericana;
- 6- transmitir a presente resolução aos congressos nacionais, às assembléias legislativas e aos parlamentos supranacionais membros da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) e da OEA, aos Chefes de Estado e de Governo que fazem parte da COPA e também ao presidente da República Bolivariana da Venezuela.

México, 1º de maio de 2002.

**IV. APRESENTAÇÕES ESPECIAIS FEITAS DURANTE A  
REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA COPA**

## IV

### **4.1 DOCUMENTO APRESENTADO PELA SRA. MIRTA ELSA RUBINI, DEPUTADA DO CONGRESSO DA NAÇÃO DA ARGENTINA E VICE- PRESIDENTE DE COPA - REGIÃO CONE SUL**

O Comitê Executivo da Confederação Parlamentar das Américas, COPA, considerando que a crise econômica que atravessa República Argentina afeta profundamente o povo argentino, que devido à importância irradiada pela economia argentina na região, que crise afeta também as economias e as relações comerciais com os países que da COPA participam, resolve exortar a comunidade financeira internacional, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros organismos internacionais, para que prestem apoio financeiro, necessário e oportuno, à República Argentina para que esta enfrente a atual crise econômica, que a aflige, e estabeleça bases sólidas para seu desenvolvimento sustentável.

Recomendar aos governos das Américas que, no marco dos acordos regionais e bilaterais, facilitem a entrada de produtos argentinos em seus territórios como uma política efetiva de cooperação para solucionar a crise que afeta do povo argentino.

Cidade do México, D.F., 3 de maio de 2002.

**4.2 DOCUMENTO APRESENTADO PELO SR. ANTONIO FAS  
ALZAMORA, PRESIDENTE DO SENADO DE PORTO RICO E  
VICE PRESIDENTE DE COPA - REGIÃO CARIBE**

*“APOIO À DEMANDA DO POVO PORTO-RIQUENHO EM SUA EXIGÊNCIA DE  
QUE CESSEM AS MANOBRAS MILITARES DA MARINHA DE GUERRA DOS  
E.U.A. NA ILHA DE VIEQUES”*

**CONSIDERANDO QUE**

A COPA é um fórum permanente e autônomo que congrega os congressos e as assembleias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, os parlamentos regionais e as organizações interparlamentares das Américas;

Que as estreitas relações de amizade e fraternidade entre os povos da América e Porto Rico, assim como o objetivo partilhado do pleno respeito e titularidade dos direitos humanos, particularmente o intransferível direito à vida e à saúde de seus respectivos povos;

Que o povo de Vieques, a sociedade de Porto Rico e a comunidade internacional condenaram as práticas bélicas desenvolvidas pela Marinha de Guerra dos Estados Unidos da América, devido aos efeitos nefastos provocados em seu meio ambiente, saúde, economia e segurança, deteriorando significativamente a qualidade de vida de seus habitantes;

Que a constante violação dos direitos humanos na Ilha de Vieques, resultado de manobras militares provocaram incidentes com perdas de vidas humanas;

**PARA TANTO:**

Fica resolvido pelo Comitê Executivo da Conferência Parlamentar das Américas:

1.- Condenar toda prática em qualquer parte do mundo que comprometa os direitos humanos, particularmente, o direito à vida, o direito à saúde, o direito a um meio ambiente são, à segurança e ao bem-estar econômico.

2.- Exortar, com respeito e observância, sua soberania ao governo dos Estados Unidos da América, a cumprir a promessa e o acordo de fechar esta base naval em 2003 e, daqui até lá, que cessem as práticas bélicas na Ilha Município de Vieques, Porto Rico, desenvolvidas pela Marinha de Guerra, que violam flagrantemente os direitos humanos e cujos efeitos nefastos são sofridos diretamente pela população do dito município.

3.- O Comitê Executivo, com a autoridade que lhe confere o regulamento, é solidário com a população de Vieques e com o povo porto-riquenho em sua luta pela eliminação das práticas militares nesta região, restituindo a paz e a segurança à população concernida.

4.- Recomendar à Assembléia Geral assumir como sua esta resolução como expressão solidária da Confederação Parlamentar das Américas em apoio à paz e à justiça para Vieques, Porto Rico.

5.- Encaminhar-se-á cópia desta Resolução ao presidente dos Estados Unidos da América e à governadora do Estado Libre Asociado de Porto Rico.

Cidade de México, D.F., Estados Unidos Mexicanos, 3 de maio de 2002.

Apresentada por:

Antonio J. Fas Alzamora  
Vice-presidente COPA, Região Caribe  
Presidente do Senado de Porto Rico

Velda González  
Vice-presidente da Rede de Mulheres Parlamentares, Região do Caribe  
Vice-presidente do Senado de Porto Rico

**4.3 DOCUMENTO APRESENTADO PELO SR. ANTONIO FAS  
ALZAMORA, PRESIDENTE DO SENADO DE PORTO RICO E  
VICE PRESIDENTE DE COPA - REGIÃO CARIBE**

*PARLAMENTO CENTRO-AMERICANO*

O subscrito secretário da Junta Diretiva do Parlamento Centro-Americano, CERTIFICA que na Sessão da Assembléia Plenária número cento e cinqüenta, celebrada aos vinte e três de abril do ano dois mil e dois, foi debatida a Iniciativa No. AP/579-140/2002, emitindo-se a Resolução da mesma, que por sua parte conducente literalmente afirma:

*RESOLUÇÃO AP/8-CXL-2002*

**“APOIO À DEMANDA DO POVO PORTO-RIQUENHO EM SUA EXIGÊNCIA  
DE QUE CESSEM AS MANOBRAS MILITARES DA MARINHA DE GUERRA  
DOS E.U.A. NA ILHA DE VIEQUES”**

**CONSIDERANDO QUE**

O Parlamento Centro-Americano como órgão de estabelecimento, análise e recomendação de assuntos políticos e sociais de interesse comum e do respeito do Direito Internacional;

Que as estreitas relações de amizade e fraternidade entre os povos da América Central e de Porto Rico, assim como o objetivo partilhado do pleno respeito e titularidade dos direitos humanos, particularmente o intransferível direito à vida e à saúde de seus respectivos povos;

Que o povo de Vieques, a sociedade de Porto Rico e a comunidade internacional condenaram as práticas bélicas desenvolvidas pela Marinha de Guerra dos Estados Unidos, devido aos efeitos nefastos provocados em seu meio ambiente, saúde, economia e segurança, deteriorando significativamente a qualidade de vida de seus habitantes;

Que a constante violação dos direitos humanos na Ilha de Vieques, produto das manobras militares efetuadas pela Marinha de Guerra dos E.U.A. provocaram incidentes com perdas de vidas humanas.

*PARA TANTO:*

No emprego das faculdades que lhe confere o Tratado Constitutivo do Parlamento Centro-Americano e outras instâncias políticas:

*RESOLVE:*

1.- Condenar toda prática em qualquer parte do mundo que comprometa os direitos humanos, particularmente, o direito à vida, o direito à saúde, o direito a um meio ambiente são, à segurança e ao bem-estar econômico.

2.- Exortar, com respeito e observância, sua soberania ao governo dos Estados Unidos da América, a cumprir a promessa e o acordo de fechar esta base naval em 2003 e, daqui até lá, que cessem as práticas bélicas na Ilha Município de Vieques, Porto Rico, desenvolvidas pela Marinha de Guerra, que violam flagrantemente os direitos humanos e cujos efeitos nefastos são sofridos diretamente pela população do dito município.

3.- O Parlamento Centro-Americano, com a autoridade que lhe confere o fato de ser o órgão de representação democrática do povo centro-americano é solidário com a população da Ilha Município de Vieques e com o povo porto-riquenho em sua luta pela eliminação das práticas militares nesta região, restituindo a paz e a segurança à população concernida.

Dado na Cidade de Guatemala, sede do Parlamento Centro-Americano, no vigésimo terceiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dois.

Para enviar aos competentes, autentico, firmo e carimbo o presente Certificado, em duas vias em papel timbrado do Parlamento Centro-Americano, no dia vinte e quatro do mês de abril do ano de dois mil dois.

Deputado Carlos Alberto Zelaya Coronado  
**Secretário do Parlamento Centro-Americano**

**Comitê Executivo da Confederação  
Parlamentar das Américas (COPA)**

#### 4.4 DOCUMENTO APRESENTADO PELA SRA. VELMA VELORIA, REPRESENTANTE DO CONGRESSO DO ESTADO DE WASHINGTON E VICE-PRESIDENTE DA COPA - REGIÃO AMÉRICA DO NORTE

É com grande satisfação que relato que o colóquio sobre liderança, que assisti em 23 de março passado, foi coroado de sucesso. Na base do colóquio, uma rede nacional composta de 20 legisladores de Estado ou de outras entidades locais, de procuradores gerais, de funcionários ou de membros de fundações deram início à oficialização de uma coalizão para estabelecer vínculos entre nossos trabalhos sobre democracia e comércio e os esforços paralelos efetuados por outros legisladores não apenas nos Estados Unidos mas também no mundo inteiro.

##### ***Estabelecimento de vínculos entre a reunião da COPA e a rede americana de liderança de comércio e democracia.***

Este colóquio proporcionou-me também a oportunidade de apresentar pessoalmente a COPA às três grandes instituições provedoras de recursos financeiros para pesquisa e educação sobre as implicações de uma política comercial internacional favorável à democracia local, ou seja, o Fundo Irmãos Rockefeller, a Fundação Ford e a Fundação C.S. Mott. Suscitei do corpo docente da Universidade de Georgetown e da Universidade Columbia que, como eu, fazem parte do grupo de líderes deste colóquio, o apoio em relação a minha contribuição para a COPA.

##### ***Incitação da participação dos americanos na COPA.***

Vários membros deste colóquio sobre a liderança em Nova York já manifestaram seu interesse em participar da próxima reunião da COPA. Além do mais, conto chamar a tomar parte outros participantes das seguintes redes nacionais compostas de representantes do setor público:

- *The Funders Network on Trade and Globalization*
- *The National Conference of State Legislatures*

- *The National Caucus of Environmental Legislators*
- *The National Caucus of Labor Legislators*
- *The National Black Caucus of State Legislators*
- *The National Caucus of Hispanic Legislators*
- *The National League of Cities*
- *The National Association of Attorneys General*
- *The International Municipal Lawyers Association*

Enquanto os programas da COPA destacarem o tema da democracia vinculado ao ALCA, estou convicta de que posso incitar uma maior participação dos Estados Unidos junto a sua organização. Entretanto, será necessário também solicitar auxílio financeiro de fundações privadas, pois os poderes públicos concedem raramente verbas para viagens externas ao seu território.

### ***Busca de algumas idéias para o programa da COPA de 2002***

Segue uma visão geral de várias idéias para o programa da COPA de 2002, sendo que todas tratam do tema do equilíbrio entre o comércio e a democracia. Uma vez obtida sua resposta, meus conselheiros universitários sugeriram-me auxiliar na escolha de eventuais conferencistas e instituições do continente todo, que poderiam apoiar o trabalho dos membros da COPA, que gostariam de se dedicar à estas questões em suas próprias regiões.

- ***Fortalecimento dos direitos concedidos aos investidores estrangeiros.*** As disposições do ALCA em termos de investimento adotam como modelo o capítulo 11 do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), empregado pelos investidores estrangeiros para questionar as políticas públicas vigentes no Canadá, no México e nos Estados Unidos. O modelo do NAFTA concede aos investidores estrangeiros os direitos relativos à propriedade e ao procedimento que são mais amplos do que os que usufruem os investidores de um determinado país em virtude da constituição de cada país. Por conseguinte, na América Central e na América do Sul, as constituições nacionais estabelecem que os governos não devem atribuir aos investidores estrangeiros mais direitos do que é conferido aos próprios cidadãos locais. Será que o modelo do NAFTA vem quebrar o equilíbrio entre os direitos de propriedade estabelecidos pelas constituições nacionais? Será que o modelo do NAFTA possibilita aos investidores estrangeiros minarem a soberania estatal e provincial em termos de promoção do desenvolvimento econômico, de proteção da saúde pública ou dos recursos ambientais?

- **Viabilidade dos serviços governamentais e da regulamentação interna.** Em relação ao comércio de serviços, o modelo do ALCA é baseado no do Acordo Geral para o Comércio de Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). A exemplo do GATS, o texto preliminar do ALCA sobre serviços parece exigir que os subsídios para o funcionamento dos serviços públicos, tais como recursos hídricos, sanitários, saúde e educação, também devem ser concedidos aos fornecedores de serviços do setor privado, que oferecem os mesmos serviços com fins lucrativos. Se este for o caso, será que o ALCA chegaria a minar a base fiscal dos serviços garantidos pelo Estado? Além do mais, a versão preliminar do ALCA, do mesmo modo que o GATS, exige que a regulamentação interna de serviços seja menos onerosa que o necessário, a fim de garantir a qualidade do serviço. Será que esta regra poderia afetar a capacidade dos governos de regulamentar o seguro, a energia, a construção ou os serviços públicos básicos a fim de proteger interesses públicos maiores, tais como suas preocupações com o meio ambiente, o planejamento ou a mão-de-obra?
- **O Banco Mundial (BM) e as negociações comerciais.** Uma coalizão de cinquenta organizações não-governamentais, solicitou recentemente ao Banco Mundial a suspensão da implantação de um projeto de estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado (DSP). As ONGs argumentam que as políticas do Banco Mundial prejudicariam a posição de negociação dos países em desenvolvimento nas negociações da OMC sobre serviços (GATS) e os investimentos. Por que? Porque, caso os países em desenvolvimento aceitem empréstimos ou subsídios do Banco Mundial, o Banco exigiria deles o respeito das regras comerciais; entretanto estes países poderiam decidir não se submeter a tais regras devido aos interesses nacionais. De que maneira as condições de assistência econômica na América Central e na América do Sul estabelecidas pelo Banco Mundial poderiam ameaçar a posição destes países em relação às regras do ALCA em termos de investimento ou de comércio de serviços?
- **Financiamento da integração econômica.** A União Européia (UE) conseguiu com êxito integrar a economia dos países bastante desenvolvidos às dos bem menos afortunados. Em contraposição às propostas do ALCA, a UE não se concentrou apenas na liberação das trocas comerciais e investiu bastante na capacidade econômica de seus países em desenvolvimento. Os programas de empréstimos do Banco de Desenvolvimento da América do Norte, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial não atendem às necessidades de capital líquido e de infra-estrutura pública, que são o próprio núcleo dos fundos de integração econômica da UE. O que o ocidente poderia reter da experiência da UE? Será que a liberação das trocas comerciais teria chances de levar a uma integração econômica equitativa ou, ao contrário, ao embargo de Wall Street em relação às empresas e aos serviços públicos do Sul?

**Agradeço antecipadamente pelos seus comentários e sugestões que contribuirão para uma interação e discussões produtivas.**

**Saudações,**

**Velma Veloria**  
**Membro da Câmara dos Representantes do Estado de Washington**

#### **4.5 DOCUMENTO APRESENTADO PELA SRA. ADELA MUÑOZ DE LIENDO, DEPUTADA DO PARLAMENTO ANDINO**

##### **RECONHECIMENTO PELO REESTABELECIMENTO DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA NA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

*O Comitê Executivo da Confederação Parlamentar das Américas em sua reunião do México dias 2 e 3 de maio do 2002*

##### *CONSIDERANDO QUE*

De conformidade com os objetivos da CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS de desenvolver a SOLIDARIEDADE entre os parlamentos e fortalecer a institucionalidade dos mesmos, como parte fundamental da soberania dos povos, e a consolidação do sistema democrático, pluralista e participativo dos países membros;

A Carta Democrática Interamericana assinada pelos chanceleres do continente na Sessão Extraordinária da Organização dos Estados Americanos, em Lima, Peru, em 11 de setembro de 2001, reconhece que o exercício eletivo da democracia representativa é a base do estado de direito dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos. A democracia representativa se fortalece e se arraiga com a participação permanente, ética e responsável da cidadania em um marco de legalidade de conformidade com a respectiva ordem institucional;

Diante do ocorrido na República Bolivariana da Venezuela entre os dias 11 e 13 de abril passado,

##### *RESOLVE*

1. Rejeitar os atos de violência que provocaram perdas de vidas humanas e que devem ser elucidados em termos de responsabilidades pelas instâncias competentes nos níveis nacional e internacional.

2. Condenar a ruptura, embora temporária, da ordem constitucional que gerou insegurança, desestabilização e o conseqüente aviltamento do Estado de Direito, chegando a dissolver a Assembléia Nacional e suprimindo a representação dos parlamentares venezuelanos diante do Parlamento Andino e do Parlatino, daqueles que, assim como os parlamentares nacionais foram eleitos legítima e diretamente pelo povo venezuelano e dos quais não se pode violar os seus direitos parlamentares.
3. Reconhecer a institucionalidade democrática deste país e o restabelecimento de todos os poderes do Estado, particularmente o Poder Legislativo, sendo que esta situação contribui para o fortalecimento da democracia no continente, que consiste no respeito da vontade dos povos.
4. Exortar o governo e o povo da República Bolivariana da Venezuela a fortalecer os mecanismos de diálogo e concertação nacional para alcançar a unidade e os benefícios merecidos por uma nação.
5. Solicitar aos Estados membros da Organização dos Estados Americanos que honrem os compromissos subscritos na Carta Democrática Ibero-Americana.
6. Comunicar a presente Resolução aos congressos nacionais, parlamentos suprafuncionais e assembleias legislativas dos países integrantes da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), à Organização dos Estados Americanos (OEA) assim como aos excelentíssimos senhores presidentes de repúblicas que fazem parte da a COPA e ao presidente da República Bolivariana da Venezuela.

México, 3 de maio de 2002.



## CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS

### 4.6 DECLARAÇÃO DE APOIO À INGRID BETANCOURT

Em resposta ao apelo lançado pelos grupos de apoio à Ingrid Betancourt criados na Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Brasil, Canadá, Congo, Estados Unidos, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Peru e Suíça;

Em apoio à nossa colega parlamentar e em nome da justiça, da liberdade e da democracia;

***Reunidos na Cidade do México , 2 e 3 de maio de 2002, os membros do Comitê Executivo da COPA declaram:***

*"Consternadas pelo seqüestro de Ingrid Betancourt, candidata à presidência da República, efetuado em 23 de fevereiro de 2002, solicitamos o respeito pela sua vida e sua liberação imediata e incondicional.*

*Nada pode justificar o seqüestro de civis, independente dos motivos evocados. Um verdadeiro processo de paz não poderá ser desenvolvido, enquanto práticas como esta continuar existindo.*

*Pensamos, também, que uma séria negociação política é o único caminho possível para alcançar a paz e a justiça social na Colômbia e para encontrar uma solução aos problemas históricos do país.*

*Deste modo, dirigimo-nos aos senhores e senhoras para solicitar-lhes que façam todo o necessário para a liberação de Ingrid Betancourt e dos demais civis retidos pelos grupos armados, e que instaurarem, o mais rápido possível, um verdadeiro diálogo político, conduzindo ao estabelecimento da paz aspirada pela grande maioria dos colombianos, que restaurarem um verdadeiro estado de direito e que coloquem um fim aos massacres de civis e às violações do direitos humanos perpetrados por todas as forças presentes."*

Além disto, os membros do Comitê Executivo da COPA engajam-se a:

Divulgar publicamente esta tomada de posição;

Promover a criação de grupos parlamentares de apoio à Ingrid Betancourt em suas respectivas assembléias e divulgar a criação destes grupos em sua mídia em nível nacional.

